

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o segundo semestre de 2012, do Banco Rendimento S/A.

Cenário Mundial

O ano de 2012 foi marcado pela continuidade de uma perspectiva de baixo crescimento mundial. Prevaleceu o ritmo moderado de atividade, nos EUA, em ambiente de riscos decorrentes do quadro de contenção fiscal e da crise europeia. As altas taxas de desemprego, por longo período, aliadas à implementação de ajustes fiscais, ao limitado espaço para ações anticíclicas e às incertezas de ordem política, traduzem-se em projeções de baixo crescimento em economias maduras. Na Zona do Euro, embora iniciativas recentes tenham contribuído para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos externos, nos mercados financeiros internacionais, com o acordo fechado com a Grécia, a atividade econômica, ainda que mais estável, deve permanecer fraca por um longo período, devido ao aperto fiscal, à desalavancagem dos bancos, à falta de confiança para investimentos e à baixa competitividade de diversos países, mantendo-se elevada a tensão política. Nos EUA, o FED comunicou que manterá a taxa básica de juros em patamar historicamente baixo (entre 0 - 0,25% a.a.), enquanto o nível de desemprego estiver acima de 6,5% e as projeções de inflação, indicarem, para os próximos dois anos, índice abaixo de 2,5% a.a. A recuperação do mercado imobiliário e os ajustes no balanço das famílias, são as variáveis que sugerem um maior otimismo com as perspectivas de médio prazo. Contudo, as dívidas em relação ao risco político e fiscal, em especial ao debate sobre o teto do endividamento público, devem trazer mais volatilidade ao mercado. A nossa projeção, para o crescimento econômico dos EUA, está em torno de 2% para 2013, com um cenário inflacionário benigno e com uma queda muito lenta da taxa de desemprego.

Na China, os dados do último trimestre de atividade, observadas a produção industrial e as vendas a varejo, confirmaram a tendência positiva e uma recuperação voltada para o mercado local.

No cenário doméstico, o ritmo de atividade permaneceu lento no segundo semestre. Os dados do setor industrial apontam para uma atividade fraca, especialmente para o último trimestre do ano. O PIB, do terceiro trimestre, mostrou um crescimento de apenas 0,60%, ante ao trimestre anterior, surpreendendo a maioria das projeções. Em 2012, o governo federal tentou estimular o crescimento, do lado da demanda, via incentivos fiscais em setores de automóveis, linha branca e móveis. Essas medidas, em sua grande maioria (isenção de IPI e redução de impostos para empresas, via folha de pagamento), foram renovadas para 2013, visando ajudar a impulsionar o crescimento.

Neste contexto de baixa atividade internacional e doméstica, o Banco Central do Brasil (BCB) deu seguimento ao ciclo de afrouxamento das condições monetárias, reduzindo a taxa Selic para 7,25% a.a. em out/2012 e revertendo parcialmente as medidas macropolíticas.

No mercado de câmbio, o destaque foi a atuação do Banco Central do Brasil (BCB), para reverter a depreciação cambial observada em novembro. Além da agressiva venda de dólares, a autoridade monetária reverteu diversas medidas que haviam sido adotadas para diminuir o fluxo de divisas para o país. Acreditamos que o principal motivo dessa atuação é a inflação que vem se apresentando bem acima da meta e acima das projeções, apesar da prolongada desaceleração da atividade. A nossa projeção para o dólar é que flutue na banda de R\$ 1,95 - R\$ 2,05 no ano de 2013.

No campo inflacionário, o IPCA, encerrou o ano de 2012 em 5,84%, com o grupo de serviços pressionado pelo baixo nível de ociosidade da economia e pela forte aceleração de preços de alimentos que com a depreciação da taxa de câmbio, o expressivo aumento de preços das commodities agropecuárias, nos mercados internacionais, e as condições climáticas desfavoráveis, justificaram o forte aumento da inflação de alimentos em 2012. A recente queda dessas commodities agrícolas, contudo, diminuiu a probabilidade de concretização desse risco para 2013. Porém, acreditamos que a inflação continuará pressionada e a nossa projeção para 2013 é de 5,70% para o IPCA. Em relação à política monetária, acreditamos que a taxa Selic, deve ser mantida em 7,25% a.a. até o final de 2013. Projeamos o crescimento do PIB abaixo de 1% em 2012 e para 2013 em torno de 3,00%. Nas contas externas, a projeção é de um ingresso de US\$ 60 bilhões em investimentos diretos, para o déficit em conta corrente de US\$ 64 bilhões e saldo positivo da balança comercial em US\$ 15 bilhões.

Histórico

O Banco Rendimento S/A, banco comercial com carteira de câmbio, crédito, financiamento, repasses e operações estruturadas, integra o Conglomerado Rendimento que compreende, ainda, as instituições financeiras BBN – Banco Brasileiro de Negócios, Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM.

O Banco Rendimento S/A e empresas do Conglomerado têm como missão liderar o mercado de câmbio, negociado em espécie, e o segmento de pequenas e médias empresas, com produtos e serviços inovadores e criativos, prestando um atendimento diferenciado e com qualidade para superar sempre as expectativas de nossos clientes.

Índice da Basileia

Segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração do patrimônio de referência exigido, demonstramos a seguir o comportamento do índice em referência durante o exercício de 2012, revelando o enquadramento do Banco Rendimento S/A nos atuais 11%, definido pelo órgão regulador, inclusive com relativa margem de suficiência.

	Patrimônio de Referência	Patrimônio de Referência Exigido	Índice Basileia
2012			
Janeiro	165.419	117.438	15,49%
Fevereiro	167.887	122.034	15,13%
Março	169.955	115.932	16,13%
Abril	169.262	114.552	16,25%
Maio	167.998	123.553	14,96%
Junho	171.091	127.683	14,74%
Julho	173.055	119.768	15,89%
Agosto	173.312	115.665	16,54%
Setembro	178.347	125.234	15,67%
Outubro	179.931	121.981	16,23%
Novembro	181.025	119.473	16,67%
Dezembro	177.440	126.829	15,39%
Média			15,76%

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

O Conglomerado Rendimento mantém estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, aderentes às disposições da Resolução 2.554/08, do Conselho Monetário Nacional. Integra a estrutura de controles internos, as unidades responsáveis pela gestão focada em Riscos, Compliance, Prevenção de Lavagem de Dinheiro/Combate ao Financiamento do Terrorismo, Segurança da Informação e Auditoria Interna. As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria interna do Conglomerado Rendimento, ambas subordinadas ao Diretor Superintendente, e são segregadas das áreas comprometidas com resultados.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Risco Operacional (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 4.090/12), de Crédito (Resolução 3.721/09) e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Segurança da Informação.

A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de crédito, descasamento de prazos e de moedas em suas operações, falhas de processos, bem como subsídios à gestão da liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinadas em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantêm conformidade com leis e regulamentos.

Risco Operacional

O Conglomerado Rendimento, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descumprimento de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.

Para a gestão do risco operacional, a organização prioriza a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, ante mecanismos de natureza reativa, visando com isso minimizar a ocorrência de eventos de risco operacional e, consequentemente, de possíveis perdas.

A alocação de capital regulamentar, para suportar eventuais perdas em eventos de risco operacional, é calculada de acordo com a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista na Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, o Conglomerado Rendimento atende as disposições da Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre o Banco Rendimento S/A e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

A área de Ouvidoria atua de forma independente das áreas de negócios do Conglomerado, proporcionando um relacionamento aberto e livre de parcialidade da Empresa com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral. Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil (BCBEN), Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

O Conglomerado Rendimento atende as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do Conselho Monetário Nacional, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por responsabilidade identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas, decorrentes da flutuação nos valores de mercado, das posições detidas pelo Conglomerado Rendimento. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros. O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Tesouraria e Liquidez é realizado semanalmente com a presença do Diretor Superintendente, da Tesoureira e de outros profissionais da organização, com o objetivo de se analisar cenários de mercado e principalmente definir as estratégias de captação e aplicação de recursos.

Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de perdas, associados ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas

obrigações financeiras, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme as disposições da Resolução 3.721/09, é de responsabilidade do departamento de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

Política de Deferimento de Crédito

A política de deferimento de crédito, adotada pelo Banco Rendimento S/A, tem por base negócios diversificados, pulverizados, amparados por garantias adequadas e destinados às pessoas e empresas idôneas e que demonstrem capacidade de pagamento. As operações são realizadas com agilidade, segurança, rentabilidade, configurando qualidade e liquidez na aplicação dos ativos.

As operações de crédito, do Banco Rendimento S/A, são destinadas, quase integralmente às pessoas jurídicas do *Middle-Market* nacional.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Conglomerado Rendimento conta com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.

A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do Conglomerado, bem como define política em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e os sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios, do Banco Rendimento S/A, são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitos ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação conformam a efetiva proteção dos ativos da informação, implementada pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento/compliance;
- Proteção de tráfego de informações.

Como o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas da Organização.

Plano de Continuidade de Negócio

Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o Banco Rendimento S/A e empresas do Conglomerado, contam atualmente com equipe e gerência para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para as empresas Rendimento como para os clientes.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento, por força de disposições da Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou estrutura para Gerenciamento de Capital. A mencionada estrutura é responsável pelo monitoramento e controle do capital, mantido pela instituição, e pela avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

Serão realizadas projeções de receitas e despesas para períodos trienais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia. Com isso será realizado monitoramento permanente a fim de observar se, o Patrimônio de Referência, em períodos futuros, será suficiente para suportar todos os riscos que possam envolver os negócios das Instituições Financeiras Rendimento. Tais projeções serão indicadas no documento Plano Trienal de Capital do Conglomerado Rendimento.

Audidores Independentes

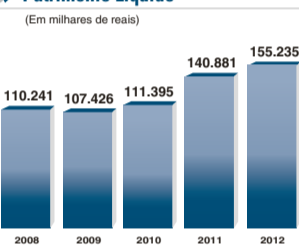
O Banco Rendimento S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Yong Terco Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

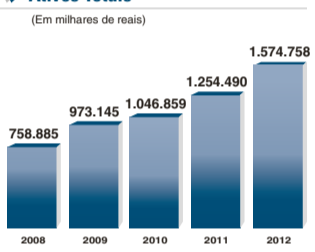
A administração do Conglomerado Rendimento agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

Patrimônio Líquido



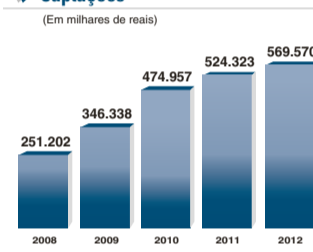
Ativos Totais



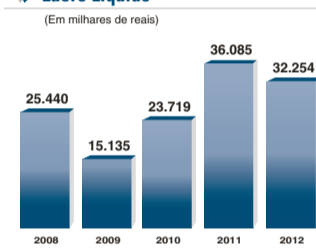
Operações de Crédito



Captações



Lucro Líquido



Balanços Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO	Nota	2012	2011
Circulante		1.361.859	1.099.613	Circulante		1.068.924	804.175
Disponibilidades	5	258.673	200.321	Depósitos	13	284.392	269.177
Disponibilidades.....		258.673	200.321	Depósitos a vista.....		38.005	47.291
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	268.362	251.190	Depósitos interfinanceiros.....		80.980	52.930
Aplicações no mercado aberto.....		219.072	212.282	Depósitos a prazo.....		135.343	153.772
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		18.806	16.956	Depósitos em moeda estrangeira.....		30.064	15.184
Aplicações em moedas estrangeiras.....		30.484	21.952	Captações no mercado aberto	15	14.275	9.004
Títulos e valores mobiliários	7	54.477	50.207	Carteira própria.....		10.277	9.004
Carteira própria.....		9.746	15.253	Carteira de terceiros.....		3.998	-
Vinculados a operações compromissadas.....		10.280	9.012	Recursos de aceites e emissão de títulos	14	3.592	12.406
Vinculados a prestação de garantias.....		34.451	25.942	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCA.....		3.592	12.406
Relações interfinanceiras	4.805	4.183	4.183	Relações interdependências	45.254	6.914	6.914
Créditos vinculados ao bacem - encaixe obrigatório.....		940	1.271	Recursos em trânsito de terceiros.....		45.254	6.914
Relações com correspondentes.....		3.865	2.912	Obrigações por empréstimos	14	80.660	86.196
Operações de crédito	9	372.124	355.316	Empréstimos no exterior.....		66.382	51.028
Setor privado.....				Repasses no país - instituição oficial.....		14.278	35.158
Empréstimos e títulos descontados.....		337.620	327.749	Outras obrigações	640.751	420.488	420.488
Financiamentos.....		54.117	39.055	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes.....		488	736
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(19.613)	(11.488)	Carteira de câmbio.....	10	322.511	157.205
Outros créditos	10	401.512	238.325	Fiscais e previdenciárias.....	16a	29.563	32.161
Carteira de câmbio.....		352.448	190.627	Negociação e intermediação de valores.....	8c	653	93
Negociação e intermediação de valores.....	8c	2	-	Diversas.....	16b	287.536	230.293
Diversos.....	11	49.895	48.036	Exigível a longo prazo	13	350.130	308.667
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		(853)	(338)	Depósitos a prazo	13	295.178	255.146
Outros valores e bens	11	1.906	71	Depósitos a prazo.....		295.178	255.146
Despesas antecipadas.....		1.540	-	Obrigações por empréstimos	14	30.294	30.144
Outros valores e bens.....		1.540	-	Repasses no país - instituição oficial.....		30.294	30.144
Realizável a longo prazo	15	153.754	105.724	Outras obrigações	16a	34.658	23.377
Operações de crédito	9	96.923	68.486	Fiscais e previdenciárias.....	16a	31.222	21.877
Setor privado.....				Diversas.....	16b	3.436	1.500
Empréstimos e títulos descontados.....		70.598	38.256	Resultados de exercícios futuros		469	767
Financiamentos.....		30.363	31.344	Patrimônio líquido	19	155.235	140.881
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa).....		(4.038)	(1.114)	Capital:.....			
Outros créditos	11	52.793	37.238	de domiciliados no país.....		85.316	85.316
Diversos.....		52.793	37.270	Reserva de lucros.....		69.919	55.565
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa).....		-	(32)				
Permanente		63.183	49.153				
Investimentos.....		52.318	37.915				
Controladas e coligadas.....	12	52.271	37.860				
Outros.....		47	55				
Imobilizado de uso		7.375	8.028				
Imóveis de uso.....		1.865	1.865				
Outras imobilizações de uso.....		11.566	10.989				
(Depreciações acumuladas).....		(6.056)	(4.826)				
Diferido		486	984				
Gastos de organização e expansão.....		4.011	4.011				
(Amortização acumulada).....		(3.525)	(3.027)				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos, não consideradas como hedge accounting, são avaliadas na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado líquido e intangível
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do balanço e representado, basicamente, por benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizadas pelo prazo contratual de locação, e gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares, amortizados pelo prazo de cinco anos. Os saldos existentes no ativo diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução 3.617/08 do Banco Central do Brasil (BACEN) serão mantidos até a sua efetiva baixa.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* das rendas de as obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

k) Operações de câmbio
São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata diâ*), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.023/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em andamento sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Disponibilidades.....	258.673	200.321
Aplicações em operações compromissadas.....	219.072	212.282
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	1.304	3.656
Aplicações em moedas estrangeiras.....	30.484	21.952
Total	509.533	438.211

	2012	2011
Caixa.....	24.778	2.856
Reserva Livre.....	4.096	2.435
Disponibilidades em moedas estrangeiras.....	229.799	195.030
Total	258.673	200.321

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2012	2011
a) Aplicações em operações compromissadas		
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada.....	215.074	212.282
Letras do tesouro nacional - LTN.....	46.019	119.144
Notas do tesouro nacional - NTN.....	135.042	10.003
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	34.013	83.135
Posição financiada.....	3.398	-
Letras do tesouro nacional - LTN.....	3.398	-
Total	219.072	212.282

	2012	2011
b) Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Certificado de depósito interfinanceiro - CDI		
Não ligada.....	2.417	5.758
Não ligada - crédito rural.....	9.911	6.527
Não ligada - Pronaf.....	1.636	1.659
Não ligada - Subex.....	3.211	1.205
Não ligada - Pronamp.....	1.621	1.307
Total	18.806	16.956

	2012	2011
Aplicação em moeda estrangeira		
Aplicação em moeda estrangeira.....	30.484	21.952
Total	30.484	21.952

	2012	2011
Total aplicações interfinanceiras de liquidez.....	268.362	251.190

7. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2012		2011	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres.....	9.732	9.746	15.233	15.253
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	9.732	9.746	15.233	15.253
Vinculados às operações compromissadas.....	10.265	10.280	9.001	9.012
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	10.265	10.280	9.001	9.012
Vinculados a prestação de garantias.....	34.403	34.451	25.909	25.942
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	34.403	34.451	25.909	25.942
Total de títulos para negociação.....	54.400	54.477	50.143	50.207

(i) Valor de custo
Refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

b) Composição por vencimento

	2012			2011		
	Sem vencimento	até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	54.477	-	54.477	50.207	50.207
Total.....	-	54.477	-	54.477	50.207	50.207

8. Instrumentos financeiros derivativos

a) Instrumentos financeiros derivativos
O Banco Rendimento S/A opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("Hedge") contra risco de mercado, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de "Hedge" é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (pre, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. A efetividade dos instrumentos de "Hedge" é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do "Hedge". Os instrumentos de "Hedge" podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a liquidez do instrumento e de permitir um nível de arbitragem dentro do cenário econômico traçado pela administração. Entretanto, existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de "Hedge", naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de "Hedge". A carteira de câmbio é gerenciada de forma que haja o menor descausamento de prazo e volume financeiro possível.

b) Controles de gerenciamento de riscos
As carteiras são controladas e consolidadas pela área de informações gerenciais, sob gestão da diretoria de planejamento, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de "Hedge". Essas informações são encaminhadas à mesa financeira para a gestão "intraday". Durante o dia, a mesa possui informações sobre a posição das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, e providência os instrumentos de "Hedge" necessários, de acordo com a política previamente definida pela administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo comitê de risco mercado.

c) Composição analítica das operações
As operações com instrumentos financeiros derivativos estão representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Banco Central do Brasil (BACEN), são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	Valor nominal dos contratos	
	2012	2011
Contratos de futuros (i)		
Posição comprada.....	184.314	4.230
Dólar.....	184.314	4.230
Posição vendida.....	18.652	1.974
D11.....	18.652	1.974

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 2 e a pagar no valor de R\$ 653 (R\$ 93 em 2011), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco Rendimento S/A são registradas na BM&F/BOVESPA.

d) Margem de garantia
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	34.451	25.942
Total.....	34.451	25.942

9. Operações de crédito
Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as operações de crédito estavam assim representadas

	2012	2011
Conta corrente garantida.....	134.500	106.611
Capital de giro.....	203.367	175.180
Finans.....	44.936	86.444
Títulos descontados.....	33.016	29.733
Financiamento em moeda estrangeira.....	33.966	38.256
Direitos creditórios adquiridos com coobrigação.....	16.970	10.598
Cheque especial.....	4.491	2.714
Crédito direto ao consumidor - CDC.....	5.579	3.955
Comprofi.....	7.800	660
Cédula de crédito de exportação.....	4.627	1.671
Confissão de dívida.....	449	253
Adiantamentos de depositantes.....	2.997	329
Recuperação judicial.....	492.698	436.404

Total das operações de crédito.....

Outros créditos
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10).....

	2012	2011
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 10).....	30.852	30.379
Importação financiada (nota 10).....	-	139
Rendas a receber (nota 10).....	987	984
Total outros créditos.....	31.839	31.502

Total das operações de crédito.....

Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....

	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(23.651)	(12.602)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	(833)	(370)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(24.484)	(12.972)

a) Composição da carteira

	2012	2011
Setor privado:		
Indústria.....	104.321	161.517
Comércio.....	39.917	27.477
Outros serviços.....	355.720	257.849
Intermediação financeira.....	9.946	10.153
Pessoas físicas.....	14.633	10.910
Total da carteira por ramo de atividade.....	524.537	467.906

b) Composição da carteira por vencimento

	2012	2011
Vencidas:		
A partir de 15 dias.....	33.027	17.098
A vencer:		
até 90 dias.....	225.541	203.916
de 90 a 360 dias.....	165.008	190.302
acima de 360 dias.....	100.961	55.980
Total da carteira por vencimento.....	524.537	467.906

c) Concentração da carteira

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores.....	144.058	27,46%	129.279	27,63%
50 seguintes maiores devedores.....	220.540	42,04%	198.279	42,59%
100 seguintes maiores devedores.....	128.649	24,53%	112.715	24,09%
Seguintes maiores devedores.....	31.290	5,97%	26.633	5,69%
Total da carteira.....	524.537	100,00%	467.906	100,00%

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA.....	-	-	-	-	-
A.....	0,5	349.129	-	349.129	1.746
B.....	1	99.913	5.705	105.619	1.056
C.....	3	30.189	2.946	33.135	994
D.....	10	9.155	2.439	11.594	1.159
E.....	30	-	120	120	36
F.....	50	-	4.964	4.964	2.482
G.....	70	1	9.886	9.887	6.321
H.....	100	3.123	6.967	10.090	10.090
Total.....	491,510	33,027	524,537	24,484	12,972

Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas	Total	Provisão
AA.....	-	-	-	-	-
A.....	0,5	372.195	-	372.195	1.861
B.....	1	59.022	696	59.718	597
C.....	3	9.959	3.463	9.422	283
D.....	10	11.347	3.002	14.349	1.435
E.....	30	-	147	147	533
F.....	50	134	492	626	312
G.....	70	-	6.229	6.229	4.361
H.....	100	521	3.069	3.590	3.590
Total.....	450,808	17,098	467,906	12,972	12,972

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2012	2011
Saldo Inicial.....	12.972	6.933
Constituição.....	20.425	14.080
Reversão.....	(4.839)	(4.360)
Baixas de créditos contra prejuízo.....	(4.974)	(9.931)
Saldo Final.....	24.484	12.972

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
22. Outras despesas administrativas		
Despesas de serviços Sistema financeiro.....	30.335	29.538
Despesas de serviços de terceiros.....	19.670	20.804
Despesas de alugueis.....	4.029	3.342
Despesas de processamento de dados.....	2.937	2.382
Despesas de comunicações.....	2.354	1.874
Despesas de serviços técnicos especializado.....	2.653	1.836
Despesas de promoções e relações públicas.....	639	1.266
Despesas de contribuições filantrópicas.....	1.234	1.134
Despesas de amortização.....	1.239	1.014
Despesas de depreciação.....	1.230	858
Despesas de transportes.....	426	617
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	488	462
Despesas de propaganda e publicidade.....	826	115
Despesas de condomínio.....	720	599
Despesas de água, energia e gás.....	375	324
Outras despesas administrativas.....	3.905	2.585
	73.070	68.750
23. Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas.....	201	379
Variações monetárias - câmbio.....	28.213	513
Variações monetárias de impostos.....	137	200
Arrecadação de tributos.....	3.809	1.921
Verba de marketing.....	4.897	-
	37.257	3.013
Outras despesas operacionais		
Cartões.....	170	158
Verba de marketing.....	4.270	-
Outras.....	1.864	2.261
	6.304	2.439

24. Avals, fianças e garantias concedidas a terceiros
 A responsabilidade por avals, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2012, correspondiam a R\$ 101.409 (R\$ 134.822 em 2011), não sendo esperadas perdas não provisionadas em relação às mesmas.

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes
 Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) **Provisões trabalhistas** - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) **Provisões cíveis** - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

(iii) **Provisões fiscais** - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelo seguinte processo:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 30.815 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias".

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício de 2012, estão a seguir apresentadas:

A DIRETORIA

	Provisão para contingências			2011 Total
	2012		Total	
	Trabalhistas	Fiscais	Total	
Saldo no início	1.500	21.877	23.377	13.500
Constituições.....	2.704	9.345	12.049	10.131
Realizações/reversões.....	(789)	-	(789)	(254)
Saldo no final	3.436	31.222	34.658	23.377

	Depósitos judiciais			2011 Total
	2012		Total	
	Trabalhistas	Fiscais	Total	
Saldo no início	591	22.627	23.218	15.752
Constituições.....	843	9.083	9.926	7.674
Realizações/reversões.....	(510)	(2.566)	(3.076)	(208)
Saldo no final	924	29.144	30.068	23.218

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2012, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 52 processos de natureza cível, fiscal e trabalhistas que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda), R\$ 8.812 e estão representados, substancialmente pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos
- Ações indenizatórias decorrentes da realização de operações de cartões VTM

d) Órgãos reguladores
 Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Banco Rendimento S/A.

26. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

Risco de crédito.....	93.657
Risco de exposição cambial.....	3.206
Risco de taxas de juros.....	609
Risco de cupom de moedas.....	3.541
Risco operacional.....	25.757
Patrimônio de referência exigido.....	126.770
Patrimônio de referência.....	177.440
Margem de Patrimônio.....	41.889

O índice da Basileia, para a data-base de 31 de dezembro de 2012, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, e Circular nº 3.360/07, é de 15,39 % para o Conglomerado Financeiro (2011 - 15,78%).

27. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os acionistas. A gestão focada em riscos é disciplinada por políticas e procedimentos definidos e aprovados pela Alta Administração, que deverão ser seguidos pelas áreas de negócios e monitorados de forma independente pela área de controles internos.

As definições estratégicas de maior relevância são realizadas por meio de Comitês Específicos em função da matéria tratada.

As principais estruturas para a gestão de riscos encontram-se subordinadas ao Diretor Superintendente, com execução atribuída à Área de Governança Corporativa, que também responde pelas unidades de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, Atividades de Compliance e de Segurança da Informação.

I - Risco de Mercado

É o risco associado à probabilidade de que a variação, no valor de ativos e passivos, causada pelas incertezas acerca das mudanças nos preços e taxas de mercado, gere perdas para a instituição. O controle do risco de mercado é realizado por equipe especializada e que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco.

Adicionalmente realiza monitoramento, avaliação e reporta consolidado das informações de risco de mercado, visando o atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança adequado - é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de estresse (VaR Estressado) - é uma medida que estima a perda em condições

extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com a administração dos riscos.

Testes de Estresse - Os testes de estresse são baseados nos cenários divulgados pela BM&F. São utilizados quatro cenários, sendo 2 para taxas de juros prefixadas e 2 para câmbio. Para taxa de juros utiliza-se os cenários alta 3 e baixa 3 e para o câmbio utiliza-se um choque de 10% tanto para alta como para baixa. Esses testes são realizados diariamente.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do Conselho Monetário Nacional e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, a análise é aplicada integralmente às carteiras trading e banking, cujas exposições sofrem impactos significativos sobre o resultado corrente da instituição.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do Conglomerado, alinhada com os conceitos do Comitê de Basileia, constitui um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado.

II - Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Conglomerado Rendimento.

O Comitê de Crédito é responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Rendimento S/A. Esse comitê se reúne de acordo com a Política definida pelo Conglomerado Rendimento e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O Gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade da Área de Governança Corporativa, que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna.

III - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380, de 29/06/06, do CMN, o Conglomerado Financeiro definiu uma política de gerenciamento do risco operacional.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do Banco Central do Brasil (BACEN) obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Conglomerado Financeiro optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

IV - Risco de Liquidez

O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Comitê de Liquidez é realizado toda segunda-feira com a presença do Diretor Superintendente e da Tesoureira, onde são apresentados o panorama do mercado, caixa e captação.

V - Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Conglomerado Rendimento, seguindo as normas contidas na Resolução 3.988/11, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Capital.

A estrutura de Gerenciamento de Capital é responsável pelo monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, avaliação de necessidade de capital para fazer face aos riscos a qual a instituição está sujeita, e planejamento de metas.

A partir das disposições da Resolução 3.988/11, a instituição passará a calcular um índice de Basileia para valores projetados para um período mínimo de três anos (Plano Trienal de Capital) e verificar se o seu nível estará adequado frente à situação futura, adotando uma visão prospectiva em relação às necessidades de capital. No Plano de Capital também serão considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo já regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
 Acionistas e aos Administradores do
Banco Rendimento S/A

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rendimento S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S/A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 18 de março de 2013.



 Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP015199/0-6

Emerson Morelli
 Contador
 CRC-1SP249401/0-4

Eduardo Wellichen
 Contador
 CRC-1SP184050/0-6


Agilidade, tranquilidade e segurança.

Pensando em sua comodidade, o Banco Rendimento inova mais uma vez e lança o Portal de Câmbio. Um serviço online completo para você realizar seus envios e recebimentos de recursos do exterior com total autonomia.

Acesse: portaldecambio.rendimento.com.br

